

# **“A IGREJA ESTÁ AO LADO DA LIBERTAÇÃO”: EXPERIÊNCIAS DE UMA PASTORAL POPULAR NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NO CEARÁ<sup>1</sup>**

**Viviane Prado Bezerra<sup>2</sup>**

## **Resumo**

O artigo busca uma reflexão sobre a atuação da Igreja Católica no Ceará, no âmbito de sua vertente “popular”, fortalecida no contexto do Vaticano II e das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla com o anúncio de sua “opção preferencial pelos pobres”, destacando-se os discursos e práticas forjados no interior de pastorais populares, bem como sua aproximação com o “povo” evidenciados nas experiências concretas da Ação Católica, do Movimento de Educação de Base (MEB), como também nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tomando por cenário os quadros da ditadura militar.

**Palavras-chave:** Igreja Católica, pastoral popular, ditadura militar, Ceará.

## **Abstract**

The paper aims to reflect on the role of the Catholic Church in Ceara, in the case of "popular", strengthened in the context of Vatican II and of Episcopal Conferences of Medellín and Puebla with the announcement of its "preferential option for the poor," noting to the discourses and practices forged within popular pastoral and its closeness to the "people" shown in the concrete experiences of the Catholic Action Movement's Basic Education (MEB), but also in the Basic Ecclesial Communities (CEBs) taking by setting the tables of the military dictatorship.

**Keywords:** Catholic Church, pastoral folk, military dictatorship, Ceará.

---

<sup>1</sup> O referente artigo constitui parte do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, intitulada: “Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”: o MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960 -1980). Fortaleza: Departamento de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Ceará - UFC, 2008.

<sup>2</sup> Mestre em História Social. Professora colaboradora do Curso de História da UVA. Sobral-CE.

*Para sermos cristãos e um povo de fé, não é necessário a submeter-nos a dominações e determinações institucionais. A nossa independência não tira nossa fé. Inclusive aprendemos com a própria Igreja que ter fé é também querer ser independente e livre. (Antônio Pires)*

Em face das mudanças conjunturais, na virada do século XIX para o XX, a Igreja Católica, orienta sua ação em busca da unidade e identidade religiosas, visando atingir as diferentes classes sociais, ante a emergência de doutrinas políticas opostas ao catolicismo dogmático da Santa Sé. O socialismo e o comunismo fazem com que a Instituição reflita sobre a postura secular adotada como forma de impedir a perda de fiéis, simpatizantes das doutrinas revolucionárias.

A dimensão social passou a ser uma das prioridades da Igreja Romana, voltando sua ação pastoral às camadas pobres da sociedade, principalmente, trabalhadores, que em contato com a circulação de idéias socialistas e comunistas, representavam perda significativa para o catolicismo. A reação a essas idéias consiste na formulação da Doutrina Social da Igreja que, a partir de Leão XIII, com a Encíclica *Rerum Novarum*<sup>3</sup>, passou a nortear o pensamento da Igreja frente aos problemas sociais, acirrados pelo avanço do liberalismo e capitalismo, durante a primeira metade do século XX.

Segundo Hugues Portelli, a Igreja Católica atravessou o século XIX fechada em si mesma, sem restaurar a ordem antiga, e sem aceitar a nova ordem, até que se lançou, no final do século, contra o socialismo, considerado seu principal adversário. Para este autor,

Foi, portanto, o socialismo que acelerou a tomada de consciência, por parte da Igreja, da ‘questão social’ e foi neste espírito que um diálogo, por muito tempo exclusivamente crítico, se desenvolveu entre eles. Tal como a propósito do liberalismo e do facismo, a Igreja julgou com severidade diferente o socialismo e o comunismo, encontrando crescentes pontos comuns entre o primeiro – à medida que se dava sua evolução reformista – e o discurso social católico, ao passo que

---

<sup>3</sup> A “Encíclica *Rerum Novarum*, consagrada à ‘condição operária’ e ponto de partida da doutrina social da igreja, é publicada em 15 de maio de 1891, ou seja, apenas algumas semanas antes do Congresso de Bruxelas que marca o verdadeiro nascimento da II Internacional socialista.” In: PORTELLI, Hugues. **Os Socialismos no Discurso Social Católico**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990. p. 20.

há um século a condenação do comunismo não se modificou. Por isso, como se verá, os pontífices, até hoje, jamais concederam seu beneplácito ao ‘socialismo moderado’ bem como ao liberalismo.<sup>4</sup>

Dessa forma, passaram a fazer parte do discurso do pontificado católico questões de primeira ordem para os trabalhadores da cidade e do campo. O sindicalismo e a reforma agrária despontam como questões de relevo em documentos episcopais desde a *Rerum Novarum*. Esses temas são tratados pela Doutrina Social da Igreja, como alternativa ao projeto de sociedade do socialismo e comunismo. De acordo com a Doutrina, os sindicatos eram permitidos, sem desvio de suas “*finalidades legítimas*”: organização e reivindicação dos trabalhadores de forma pacífica, com harmonia entre patrões e trabalhadores, capital e trabalho.

Os documentos da Igreja, historicamente situados, apresentaram adaptações ou transformações profundas na concepção da missão da Igreja e no comportamento do episcopado, diante dos conflitos sociais. De acordo com Mainwaring, é fundamental que as mudanças no interior da Igreja brasileira, a partir dos anos 1960, sejam compreendidas em seu caráter *subjetivo e político*, a partir dos interesses e projetos assumidos pela Instituição, pois, “*a divisão fundamental dentro da Igreja brasileira não provém de uma oposição entre a base e a hierarquia, mas envolve, antes, diferentes concepções de missão de Igreja...*”.<sup>5</sup>

Na mesma direção, Heloisa de Souza Martins ressalta que não depende somente da Igreja a escolha na orientação, pois é influenciada pelas mudanças da sociedade como um todo.

a mudança, na verdade, deve ser analisada a partir do confronto e do conflito de diferentes concepções existentes no *interior* da Igreja, e da percepção de como as transformações que ocorrem na sociedade (no *exterior*) interferem na Igreja ou solicitam uma tomada de posição.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Idem, p. 12.

<sup>5</sup> MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. p. 10.

<sup>6</sup> SOUZA MARTINS, Heloisa Helena T. de. **Igreja e Movimento Operário no ABC (1954-1975)**. São Caetano do Sul – SP: Editora HUCITEC. 1994. p. 41.

Ressaltam-se as temáticas do sindicalismo e da reforma agrária como elementos externos que influenciaram a tomada de posição da Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II, dado o contorno progressista, e o compromisso de religiosos e leigos, com a classe trabalhadora. Como salienta Souza Martins, é importante lembrar que a mudança das doutrinas da Igreja, a formação de uma pastoral popular “*foram gestadas pelo menos durante uma década dentro da Igreja brasileira*”.<sup>7</sup>

Segundo Mainwaring, a Igreja entra em crise desde o final da Segunda Guerra Mundial, em decorrência do seu descompasso em relação às mudanças da sociedade, correspondendo a uma:

resistência à secularização, o crescimento dramático do Protestantismo e Espiritismo, declínio à assistência à missa, a crise das vocações, o crescimento da esquerda, declínio da influência entre as classes dominantes e a classe trabalhadora urbana e declínio da influência entre a elite do Estado.<sup>8</sup>

Por outro lado, as tensões sociais, diante da perda de milhares de vidas e o flagelo social observados durante a Segunda Guerra mundial, além dos contornos políticos de disputa ideológica e territorial, na Guerra Fria, influenciaram a consciência cristã pela justiça social. Tal consciência impulsiona a ação da classe média e de bispos, padres e freiras engajados na luta contra a miséria e opressão que impedia o desenvolvimento integral dos pobres da América Latina. Para Souza Martins, o que enriquece essa análise é a nova concepção de fé e da missão de Igreja, pela ação de sujeitos e movimentos sociais comprometidos com as classes populares.

Em consonância com as opções doutrinárias do Concílio Vaticano II, o trabalho pastoral dos leigos católicos se define na opção pelos pobres. O fato é observado nos quadros da Ação Católica Brasileira, e no Movimento de Educação de Base (MEB), além de outros movimentos populares que relacionam discurso e prática da Doutrina Social da Igreja, conferindo maior autonomia ao laicato. A Encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII, imprime novo significado à concepção de missão e de fé da Igreja Latino-Americana.

---

<sup>7</sup> Ibidem, p. 43

<sup>8</sup> MAINWARING, Op. Cit. p. 33.

A leitura da vida à luz do Evangelho<sup>9</sup>, aliada à metodologia de Educação Popular, à maneira de Paulo Freire, a partir dos anos 1960, aproximando-se da realidade concreta dos oprimidos - camponeses, operários. Tal aproximação fortalece o compromisso leigo e favorece o ideal de transformação social, partindo da luta coletiva e da organização dos trabalhadores. Dessa forma,

A Ação Católica Brasileira, força social obrigatoriamente forjada nessas lutas, operava organicamente integrada com as forças da esquerda, ligava-se progressivamente aos setores mais ativos do movimento de massa urbano (movimento estudantil e operário) e constituía, ao mesmo tempo, a força principal (os quadros) do Movimento de Educação de Base (MEB), que agia principalmente na organização de sindicatos camponeses, visando, através da educação, a elevar o nível de consciência política das massas do campo brasileiro. Agia como uma organização política de fato.<sup>10</sup>

Assim, a Igreja Católica atua no campo de disputas pela organização e orientação político-ideológica da classe trabalhadora. A década de 1960 constitui um período de lutas e manifestações populares que atrai cada vez mais o apoio de grupos de esquerda. A atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a formação das Ligas Camponesas ajudaram na articulação dos camponeses atraindo, para o campo, a atenção do Governo e de latifundiários, que viam, na reivindicação pela reforma agrária, ameaça aos seus interesses.

Principalmente, nos anos 1950/1960, o PCB atuou na organização dos camponeses, assumindo o tema da reforma agrária como medida de transformação e justiça social. Em 1954, por ocasião da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, que resultou na criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), foi aprovada a *Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas*, privilegiando medidas de reforma agrária para além da distribuição de terras aos trabalhadores rurais, requerendo medidas de apoio à produção:

---

<sup>9</sup> Prática pedagógica instituída nos movimentos leigos desde a Ação Católica, com o método “Ver, Julgar e Agir”, desenvolvido pelo padre Belga José Cardjim, na qual, partindo-se da realidade social, identificando seus conflitos, julgando-os à luz da fé, agiam no sentido transformador dessa realidade.

<sup>10</sup> BORDIN, Luigi. **O Marxismo e a Teologia da Libertação**. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1987. p. 53.

crédito, maquinaria, garantia de preços, e contrária à exploração do trabalho no sistema de meia, terça, pagamento em produtos.<sup>11</sup>

Nesse período, diferentes forças sociais (Igreja, partidos, intelectuais) se voltam à elaboração de propostas que visavam ao desenvolvimento do país. Segundo Medeiros, a reforma agrária constituiu-se em tema polarizador dos debates. De acordo com as propostas do PCB, procurava-se sensibilizar a população na compreensão da reforma agrária como propulsão à modernização e fortalecimento da economia nacional, como apresentado no Memorial da Campanha Nacional pela Reforma Agrária.<sup>12</sup>

O PCB, na legalidade, concentra críticas ao sistema de latifúndio e busca a formação de alianças com o governo, na medida em que apresentava, nos documentos da ULTAB, o sentido da reforma agrária, como se observa no *jornal Terra Livre*, periódico de orientação comunista:

Não visa à mudança de governo e nem tão pouco abolir a propriedade privada. Visa conseguir do governo a distribuição de terras e fazer surgir milhões de novos proprietários, os quais, assistidos técnica e financeiramente, elevarão rapidamente seu padrão de vida, produzirão com abundância e muito mais barato, melhorando assim as condições de vida dos operários e do povo, o que ampliará as atividades comerciais e industriais.<sup>13</sup>

Em seu breve período de legalidade, o PCB atua também na organização dos trabalhadores em sindicatos. Segundo Santana, “*a conjuntura que vai de 1945 a 1964 pode ser considerada uma das mais importantes do movimento operário e sindical brasileiro*”.<sup>14</sup> Na conjuntura de redemocratização do Brasil, o PCB avança rumo às conquistas do movimento sindical até 1964, quando a ditadura militar, instalada com o golpe civil militar, incide “*em todas as esferas da vida sindical, principalmente naqueles setores liderados pelos sindicalistas progressistas*”.<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> Cf. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/ 60. In: MORAES, João Quartim e DEL ROIO, Marcos (ORGs.) **História do Marxismo no Brasil**. Vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

<sup>12</sup> Idem, p. 220

<sup>13</sup> Terra Livre, 64, maio de 1956, p. 1, editorial. Apud MEDEIROS, Op. Cit. p 222.

<sup>14</sup> SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: BOITEMPO Editorial, 2001. p. 39.

<sup>15</sup> Idem, p. 143.

De acordo com José de Souza Martins, com a repressão, o PCB perde influência política, o que abre espaço à atuação da Igreja no meio rural e se fortalecem os sindicatos rurais sob orientação católica.

O partido disputava com a igreja a fundação e, mais tarde, o reconhecimento pelo Estado dos sindicatos dos trabalhadores rurais. O empenho, entretanto, do Partido parece ter se localizado mais na organização de federações e da Confederação sindical do que nas bases sindicais propriamente. Nisso se diferenciava a posição da Igreja e a posição do Partido Comunista, aquela mais envolvida na organização de sindicatos propriamente ditos.<sup>16</sup>

Nesse contexto, os camponeses organizados, no Nordeste brasileiro, lugar social de ebulição de lutas, impulsionaram o Governo Federal a promulgar o Estatuto do Trabalhador Rural, segundo a lei nº. 4.214, de 2 de março de 1963, incorporando maior legitimidade em suas reivindicações.

Lutar pelo direito à terra e por melhores condições de trabalho significava lutar pela dignidade humana e cidadania, presente na ação de determinados bispos, padres e freiras, em face dos conflitos e lutas sociais do campo, a partir de movimentos populares espalhados pelo interior do Brasil, dividindo com o laicato o compromisso de justiça social para com os excluídos.

Partilha-se a idéia de que a luta pelos direitos dos trabalhadores se evidencia no interior da Igreja como luta social, quando os próprios trabalhadores participam de movimentos de Igreja, como Ação Católica, MEB, observando a necessidade de lutar por dignidade e justiça.

A mudança de projeto teológico aprofundou a crise do clero latino-americano. Mainwaring salienta que muito da prática de pastorais progressistas<sup>17</sup> afasta setores tradicionais da elite econômica. O fato vai de encontro ao princípio católico de alcançar

---

<sup>16</sup> MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 87.

<sup>17</sup> Nessas pastorais evidencia-se a opção por uma Igreja “servidora e pobre”, constituída “ao final do Concílio, no dia 16 de novembro de 1965, cerca de 40 padres conciliares, celebrando nas catacumbas de Santa Domitila, firmaram o pacto da Igreja servidora e pobre, para obterem a graça de serem plenamente fiéis ao espírito de Jesus que vos consagrou e vos enviou para evangelizardes os pobres.” In: BEOZZO, Pe. José Oscar. **A Igreja do Brasil. De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 96.

todas as classes sociais e de garantia da unidade e universalidade da Igreja, o que limitaria os avanços da Igreja orientada pela pastoral popular.

No Ceará, as experiências da Igreja-Povo de Deus se constituíram, no âmbito da organização dos trabalhadores em sindicatos rurais e formação de lideranças comunitárias, em diversas cidades do interior e em Fortaleza, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e outras experiências de Educação Popular, como o Projeto Carqueija, no município de Capistrano<sup>18</sup>, bem como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

A partir de 1964, as mudanças conjunturais, influenciam a Igreja Católica, no sentido de proteger o clero e os movimentos populares sob sua orientação, à medida que avança a repressão. Sem o confronto direto com os militares e, em defesa de sua autonomia, a Igreja, no Ceará, abraça a pastoral popular, conquanto não se confrontasse com o poder político e com os setores conservadores, orientada pelos postulados de João XXIII, nas Encíclicas *Mater et magistra* e *Pacem in terris*.

O temor de grandes mudanças e de rupturas, ao longo da história da Igreja Católica, esteve presente no Ceará, como se vê na atuação pastoral de Dom José de Medeiros Delgado, arcebispo de Fortaleza, e de Dom Walfrido Teixeira Vieira, bispo de Sobral, comprometidos, ao mesmo tempo, com os dogmas e com os “sinais da Igreja no mundo”, permitindo o avanço de experiências do laicato junto aos trabalhadores, à medida que, limitava e evitava choques políticos com a ditadura.

A reorientação pastoral da Igreja se evidenciou também na imprensa católica. Nos anos 1960, os Meios de Comunicação Social (MCS), orientados pela Doutrina Social da Igreja, dispensaram atenção específica aos temas da Reforma Agrária, Sindicalismo, Cooperativismo e Socialização como se vê nos periódicos católicos. No Jornal *O Nordeste*, da Arquidiocese de Fortaleza, ao mesmo tempo em que publicavam artigos de Dom Hélder Câmara, em favor das reformas sociais, demarcando postura progressista da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), viam-se também artigos que defendiam a propriedade privada como resultado da “*ordenação natural dos bens*”.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Sobre este projeto ver: ALVES, Francisco Artur Pinheiro. **O Projeto de Educação Popular e desenvolvimento comunitário da Arquidiocese de Fortaleza em Carqueija, município de Capistrano – 1965 – 1975**. Fortaleza: UFC, 1993. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

<sup>19</sup> Jornal *O Nordeste*. Fortaleza, 08 de julho de 1964, p. 02. “Dom Hélder fala sobre reformas” Nesse sentido, afirmava Dom Hélder: “Repetidas vezes a Conferência dos Bispos do Brasil sustentou a inadiabilidade das reformas estruturais sem as quais é impossível romper o subdesenvolvimento e manter a paz social. Sem a reforma agrária persistirá a situação quase sempre infra-humana dos trabalhadores



As diferentes visões sobre a reforma agrária, no Ceará, ora se aproximam da postura progressista da pastoral popular, ora se apóiam em discursos conservadores. Na verdade, a discussão passa pelo conflito ideológico que marcou a Igreja Católica.

Na década de 1950, o desenvolvimento esteve no cerne dos debates e, predominava, na América Latina, a “Teoria do Desenvolvimento”, elaborada pela Comissão de Estudos para América Latina (CEPAL), aliada à idéia de modernização de setores da Igreja. Como resultado da modernização, Comblin<sup>20</sup> ressalta a criação da SUDENE, em 1959, como “data simbólica” da colaboração Igreja-Estado em projetos desenvolvimentistas. Nesse sentido, as reformas de base parecem ter sido incorporadas pelo discurso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No entanto, como lembra Heloísa de Souza Martins,

A temática do desenvolvimento foi incorporada pela Igreja não só porque ela impregnava as discussões e as explicações a respeito da sociedade brasileira e latino-americana, mas porque a sua Doutrina Social propunha a reforma das instituições e dos costumes, mantendo, entretanto, o modelo capitalista da sociedade. A proposta desenvolvimentista para os países latino-americanos consistia, justamente, no aperfeiçoamento qualitativo da sociedade capitalista, com o desenvolvimento de todas as suas virtualidades.<sup>21</sup>

Por outro lado, nesse momento, o pensamento cristão estava influenciado pelas Teorias da Dependência e do terceiro – mundismo, que concebiam a miséria da América Latina como fruto da exploração capitalista sobre os países marcados por uma economia agrária, como o Brasil.

A situação social dos camponeses, o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades, são questões recorrentes na elaboração da Doutrina Social da Igreja, justificando a reforma agrária, de “*inspiração cristã e personalista*”, como se depreende

---

rurais – sem a reforma bancária, os bancos pouco ajudarão o desenvolvimento do país - sem reforma dos impostos, especialmente o de renda continuarão os ricos a serem poupados, sacrificando-se os pobres – sem a reforma administrativa a burocracia continuará entretendo a vida pública – sem a reforma do Congresso serão inúteis maiores esforços para melhores congressistas.”

<sup>20</sup> COMBLIN, José. **A Igreja latino-americana desde o Vaticano II**, 1978. Mimeo. Apud Souza Martins, Op. Cit.

<sup>21</sup> SOUZA MARTINS, Op. Cit. p. 128.

no artigo *O homem do campo*, invocando um documento pontifício para qualificar a situação de abandono do homem do campo frente “aos caprichos dos fazendeiros do asfalto”:

O homem do campo é um sofredor. ‘Não se pode negar que uma das grandes causas do êxodo rural é o fato de ser o setor agrícola subdesenvolvido, tanto no que diz respeito a produtividade da mão-de-obra, pelo que se refere ao nível de vida’. (João XXIII, *Mater et Magistra*)... Faltam-lhe meios de industrializar seu trabalho . O cultivo do campo está alheio ao processo técnico. Métodos primitivos para as colheitas. Falta de legislação, que deixa abandonado aos caprichos dos fazendeiros do asfalto. <sup>22</sup>

Nesse sentido, seguindo orientação conciliar de libertação integral do homem do campo, o artigo salienta que “o homem do campo espera e deseja a sua promoção. Aguarda emergir do marasma de abandono e incúria em que se encontra. ... A reforma Agrária é questão de sobrevivência.” <sup>23</sup>

A linha editorial do Jornal *Correio da Semana*<sup>24</sup>, da Diocese de Sobral, tem orientação similar ao jornal *O Nordeste*, de Fortaleza. O *Correio da Semana* dedicava um espaço à publicação das atividades do MEB/Sobral, na Coluna do MEB, e ao trabalho de formação de sindicatos do Centro de Treinamento de Sobral (CETRESO), na *Coluna do CETRESO: despertando para o campo*<sup>25</sup>.

Integrada a essa orientação, situam-se as emissoras católicas Rádio Educadora do Nordeste, de Sobral, apoiando os programas *Encontro com o MEB* e *Encontro das Comunidades*, do Movimento do Dia do Senhor, e Rádio Assunção, de Fortaleza, veiculando o programa do MEB estadual, *A Escola em sua Casa*, em sintonia com as propostas assumidas pela Igreja – Povo, com vistas ao desenvolvimento integral do meio rural.

---

<sup>22</sup> Jornal *O Nordeste*. Fortaleza, 12 de julho de 1964, p. 03. “O homem do Campo”, de Luiz P. de Freitas.

<sup>23</sup> *Idem*.

<sup>24</sup> Jornal Católico, fundado em 1918, por Dom José Tupinambá da Frota. O semanário continua em circulação até os dias atuais.

<sup>25</sup> CETRESO - Centro Administrativo da Diocese de Sobral atuou na fundação de sindicatos rurais, sob a responsabilidade do padre Luís Melo. Ao que parece, foi iniciativa oficial, financiada com recursos de agência norte-americana, para neutralizar o avanço de sindicatos comunistas. Em Sobral, de acordo com a orientação de Pe. Luís recebeu contornos progressistas. A Coluna do CETRESO é publicada no Jornal *Correio da Semana*, a partir de 1965, sendo veiculada até 1967. Contudo não tenho dados para concluir se o fim da Coluna no Jornal coincide com o fim do período de atuação do CETRESO.

O jornal *Correio da Semana*, na Coluna do CETRESO, empenhava-se em definir as finalidades do sindicato cristão e as vantagens oferecidas aos trabalhadores associados:

O sindicato é uma associação profissional de operários da mesma categoria profissional, unidos sob a direção de chefes livremente escolhidos por eles, para estudar, promover e defender seus direitos comuns em determinadas condições de trabalho.

Sua finalidade principal é ajudar o trabalhador a desenvolver sua personalidade, em vista de uma promoção humana, onde todos sejam tratados de igual para igual perante a lei. ... Nesta atual conjuntura, o trabalhador rural, sobretudo, é muitas vezes posto em situação inferior, por isso o sindicato se apresenta como uma necessidade vital, ‘ pois o homem unido é forte como uma cidade’, diz o papa João XXIII em sua carta *Mater et Magistra*, Mãe e Mestra.<sup>26</sup>

Ressalta-se a concepção de sindicato como instrumento de autopromoção dos trabalhadores rurais, atuando em favor da solidariedade, princípio associativo, concretizado na formação de cooperativas e outras associações:

A Igreja vem batalhando para que os operários se unam em sindicatos, para que os agricultores se sintam solidários e colaborem na fundação de cooperativas e associações profissionais, absolutamente necessária para assegurarem a defesa dos preços dos seus produtos e de seu trabalho...

Vendo isto, é preciso que o trabalhador rural tome consciência de seus direitos. Este paciente trabalho deve ser obra do próprio trabalhador rural, pois o sindicato é um órgão de auto – promoção para o operário do campo; não só os seus direitos

---

<sup>26</sup>Jornal *Correio da Semana*. Sobral, 18 de abril de 1965. Ano 48. Nº. 1.

profissionais serão defendidos, como seus próprios direitos de cidadãos.<sup>27</sup>

Um exemplo significativo de organização orientada pela Igreja libertadora se observa em Crateús, com a atuação do Bispo Dom Antônio Fragoso. O trabalho de pastoral popular de sua equipe se tornou referência à luta camponesa, tornando-se alvo da repressão militar. Dom Fragoso se destacou por defender um projeto de sociedade justo e igualitário, com os camponeses sujeitos da história e conscientes dos direitos.

A Igreja, em Crateús, lutou pelos pobres e, rendeu a Dom Fragoso o estigma de comunista. O regime militar considerava Crateús foco de subversão, e quanto mais avançava o trabalho de base na região, mais se intensificava a perseguição política, como ressalta a memória de *Seu Ferreirinha*, liderança de Crateús: “*Eles faziam a fiscalização das atividades da pessoa. Se a pessoa trabalhasse pra Dom Fragoso, trabalhasse em qualquer Comunidade Eclesiástica, qualquer associação de bairro, aí eles marcavam o sujeito*”.<sup>28</sup>

A memória de *Seu Ferreirinha* recupera passagens de repressão aberta na Diocese de Crateús, onde “*a igreja era policiada também. Vinha um soldado para a porta da Igreja, outro para a outra porta, para escutar o que o bispo dizia. O que era que o padre dizia...*”. Ressalta a prática corriqueira da delação, a presença dos “*elementos ruins, safados*” que denunciavam o bispo e sua equipe diocesana aos órgãos de repressão:

Aí tinha aqueles elementos ruins, safados que ganhavam dinheiro para denunciar os amigos do bispo. Eles iam denunciar lá no batalhão. Tinha gente ganhando dinheiro para isso, para levar denúncia de Dom Fragoso e tal. Que ele tava fazendo isso e aquilo outro e tal. E que fulano de tal que trabalhava em tal parte era amigo de Dom Fragoso. Aí eles foram cortando esse pessoal. Foram perseguindo, cortando, foram transferindo... Esse Chico Mourão, Esse Francisco Buarque Mourão, era o

---

<sup>27</sup> Jornal Correio da Semana. Sobral, 24 de abril de 1965. Ano 48. Nº. 2.

<sup>28</sup> Noberto Ferreira Filho (*Seu Ferreirinha*). Entrevista realizada em 08 de novembro de 2003. Crateús – CE. Arquivo da autora.

espião maior que tinha no batalhão aqui. Para denunciar dos amigos dele e tudo”.<sup>29</sup>

Sobre as tensões do período, o Jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, informa Crateús como uma cidade “*em pé de guerra*”, “*com os camponeses totalmente a favor do bispo, dom Antônio Fragoso*”. Nessa entrevista do Bispo de Crateús, sua exortação à união em conformidade à norma-princípio da libertação é, ademais, um recado claro aos militares: “*não tenho medo de nada, nem de ninguém. Vamos continuar unidos. Ainda estamos no começo. ...*”:

Os camponeses devem descobrir que são homens como os outros. Devem libertar-se... devem organizar-se em sindicatos para que possam falar alto e exigir justiça. Ninguém abafará a coragem dos camponeses. Dizem que nosso trabalho é comunizante. Quem diz isto está interessado na escravidão do camponês... No dia que eu parar de lutar pela sua libertação eu serei um traidor de minha consciência.<sup>30</sup>

Na ditadura militar, as formas de expressão popular foram reprimidas. Heloísa de Souza Martins ressalta que devido à inexistência de canais de mediação política que garantissem a atuação popular, a Igreja assumiu a defesa da ação social engajada, se constituindo num “*canal possível de participação*”<sup>31</sup>, um espaço de luta para os movimentos populares, bem como para os setores de oposição ao regime. De acordo com Souza Martins, a transformação da Igreja se deveu à combinação de fatores históricos e de suas conjunturas internas:

A acentuação do antagonismo entre amplos setores das classes dominadas e o sistema político, como decorrência da intensificação do processo de exploração das classes trabalhadoras; uma escalada da repressão que, de forma

---

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 29 de novembro de 1968. “Crateús: uma cidade agitada com um bispo muito calmo”.

<sup>31</sup> SOUZA MARTINS, Op Cit. p. 52

violenta, reprimia qualquer manifestação de desacordo, mesmo da própria Igreja; o desenvolvimento da chamada Teologia da Libertação; as novas posições da Igreja no plano internacional, consolidando os avanços resultantes do Concílio Vaticano II e levando ao aprofundamento de posições na linha do ‘terceiro-mundismo’; a necessidade da igreja de assumir a bandeira da defesa dos direitos humanos, seja para defender-se da repressão, seja para defender a população.<sup>32</sup>

A represália dos militares aos setores progressistas foi sentida no Ceará, pela perseguição aos movimentos populares, como o MEB e o Movimento do Dia do Senhor, da Diocese de Sobral, e aos sindicatos dos trabalhadores rurais situados no interior do estado. Durante o ano de 1968, a repressão também alcançou a atuação de padres engajados no movimento estudantil, em Sobral. Dos relatórios da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), destaca-se menção ao trabalho militante de padre Oswaldo e padre Pedro Van’Oll, acusados de subversão pelo engajamento e apoio aos estudantes do Diretório Acadêmico, da Faculdade de Filosofia de Sobral. Em entrevista, padre Oswaldo conta que, como medida repressora, teve sua residência invadida, sendo interpelado pela polícia federal.<sup>33</sup>

Ao longo da década de 1960, mesmo em período de forte repressão, evidencia-se na eclesiologia assumida por uma parcela do clero cearense, um diálogo mais profícuo com estudantes, operários e camponeses. Em dissertação sobre a ação pastoral de Dom Delgado, Márcio Porto situa a Igreja em processo, com vistas à conjuntura do Concílio Vaticano II, chamando atenção para os contornos de seu novo desenho institucional, buscando uma articulação com o campo social e com a História<sup>34</sup>. Nesse contexto, o jornal *O Estado*, em 27 de novembro de 1968, noticiava: “*Crime de Dom Fragoso é ser esclarecido!*”.<sup>35</sup>

Diante das tensões e da perseguição política a Dom Fragoso, a Arquidiocese de Fortaleza, se pronunciou em favor do Bispo, demonstrando o exercício de colegialidade presente no episcopado brasileiro, além de demonstrar que a Igreja, no Ceará, defendia

---

<sup>32</sup> Idem, p. 52

<sup>33</sup> Cf. entrevistas com padre Oswaldo (03/07/04) e padre Pedro (07/07/04). Arquivo da autora. Para uma discussão mais detalhada ver: PORTO, Márcio de Souza. **Dom Delgado na Igreja de seu Tempo** (1963-1969). Fortaleza: UFC, 2007(Dissertação de Mestrado em História Social). p. 166.

<sup>34</sup> Idem, p. 167.

<sup>35</sup> Jornal O Estado. Fortaleza, 27 de novembro de 1968 nº.10.711.

sua pastoral. O Jornal *Diário de Notícias*, em 26 de novembro de 1968, relatava a postura do clero diante das acusações feitas ao bispo:

Dom Fragoso viajou na madrugada de hoje, dirigindo seu próprio carro, com destino a Crateús, onde está programada uma manifestação de solidariedade do clero e do povo.

O Departamento de Relações Públicas da Arquidiocese de Fortaleza divulgou nota, na qual declara que setores do clero não acreditam que o Governo brasileiro acredite em ‘insinuações de grupos interessados em indispor a Igreja contra o atual poder civil’ e que ‘qualquer ato contra Dom Fragoso originará no Brasil uma crise político-religiosa sem precedentes’.<sup>36</sup>

A posição da Arquidiocese de Fortaleza situa a resistência à ditadura. Para Heloísa de Souza Martins, ao afirmarem que, “*os bispos sabem onde têm os pés e a cabeça*”.<sup>37</sup>, afirmavam o compromisso, desde a hierarquia, com a justiça social em favor da classe operária:

Esta frase queria dizer, em alguns casos, - e a Diocese de Fortaleza era um deles – que se assumia a idéia de uma Igreja comprometida com a classe operária na realização de uma sociedade mais justa. Mas que, por outro lado, significava, também, a afirmação de que a ação da Igreja no Brasil, especialmente no que se referia a sua renovação, dependia do apoio e do incentivo da hierarquia.<sup>38</sup>

Ao observar as diferenças de ritmo e engajamento das Dioceses no Ceará, a CNBB destaca a experiência de Crateús, numa análise processual da direção dessa Igreja, que deve “*assumir e animar a esperança do povo*”, aos olhos da fé, articulando

---

<sup>36</sup> Jornal Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1968. nº. 14.114. “Dom Fragoso poderá desistir do ‘Habeas’”.

<sup>37</sup> SEDOC, 1:9, col. 1.241 apud Souza Martins, Op. Cit. p. 212.

<sup>38</sup> Idem, p. 212.

ação libertadora à denúncia das formas de opressão e imperialismo, construindo uma luta coletiva por justiça e melhores condições de vida numa “*terra livre*”:

Não vemos claramente para onde se dirige a Igreja de Crateús. É certo que ela deve assumir e animar a esperança do povo: tornar-se um povo de irmãos numa terra livre. A luta pela justiça, as atividades de libertação, a ação política para mudar de dentro o homem e as condições de vida, a reforma agrária (na qual os camponeses tomam parte como interessados), o desejo de denunciar todas as formas de opressão e de imperialismo, a educação de base que torna o povo consciente para se tornar criador de progresso tudo isso a Igreja de Crateús deve olhar com os olhos da fé.<sup>39</sup>

Nessa perspectiva, Crateús se destacava das demais Dioceses do Ceará, em seu projeto de mudança estrutural da sociedade. No entanto, pode-se considerar que, guardadas as diferenças, a Igreja do Ceará, de modo geral, tentava equilibrar a postura progressista, de justiça social, efetivada pelos padres, freiras e leigos no interior dos movimentos camponeses, com a prática pastoral que não partilhava da mesma visão.

Um exemplo das diferenças de ação pastoral no Ceará se evidencia nas escolhas assumidas pelas Dioceses de Crateús e Sobral. Valnê Alves compara a atuação de Dom Fragoso e Dom Walfrido, “*um era mais radical que o outro. O outro tentava contornar mais as situações e aproveitar mais*”, salientando que as pastorais em Crateús e suas equipes eram “*mais revolucionários no sentido amplo da palavra*”. A diferença entre os bispos transparece na ação pedagógica, pois,

Eles ousavam mais do que nós para ser mais correto. (...) E posso comprovar isso como, quando lhe falei anteriormente que um momento, os bispos decidiram quem quer ficar com o MEB na sua Diocese? O MEB não será mais do jeito que era... O que aconteceu, o Fragoso radicalmente disse: este não é mais MEB, então eu não quero mais MEB na minha Diocese. E Sobral

---

<sup>39</sup> CNBB, A experiência Pastoral da Igreja de Crateús: as comunidades de base (documento de 23 de julho de 1973. pp. 5-6) In: GUIMARÃES OFM, Almir Ribeiro. **Comunidades de Base no Brasil**, Rio de Janeiro: Vozes, 1978. p. 41.



disse: pois eu vou querer o MEB, com o que puder ser feito de MEB. Deu para perceber as posições.<sup>40</sup>

Dom Walfrido acolheu as pastorais populares em sua Diocese, agindo com a prudência que a ditadura exigia. A memória dos camponeses recuperou um bispo participante na luta pela libertação dos pobres, apoiando e incentivando o trabalho de base, mas, em seu programa de rádio mantinha um discurso contido, evitando falar em libertação, salvação, palavras-chave do enunciado progressista, marcadas pela repressão.

Sua estratégia para driblar a censura, às vezes, suscitava o questionamento das bases, que esperavam ouvir no rádio, o mesmo anúncio de libertação, ouvido nos encontros. Num esforço de recapitulação dos discursos do passado, Conceição Araújo improvisa uma interrogação de natureza similar às aquelas ouvidas pelo bispo: “*Dom Walfrido, porque que a gente sabe que você é tão otimista, tão real, luta pela libertação e faz tudo pela gente, e você nos seus programas é uma coisa fraca?*”. O que definindo sua ação pastoral, respondia que “*enquanto estava fazendo aquela coisa por cima, alienada, os cordeirinhos dele, estavam fazendo o trabalho por baixo, na base*”.<sup>41</sup>

No Ceará, esteve-se experimentando nas pastorais populares, os princípios da Doutrina Social da Igreja, primando pela justiça social, dignidade humana e melhores condições de vida para os pobres. Pela prática pedagógica vivenciada no meio popular, com os movimentos Ação Católica, MEB, CEBs, a Igreja ia ao encontro do outro, recriando as relações humanas e aprendendo com a experiência concreta do “*povo de Deus*”, abrindo margem para um protagonismo popular. A face invisível dos pobres passou a configurar o “*rosto de uma Igreja*”, emprestando sentido vital à luta social, partindo das necessidades do povo, no âmbito da educação, saúde, trabalho, moradia, terra, evidenciando experiências singulares na História da Igreja Latino-Americana.

---

<sup>40</sup> Maria Valnê Alves. Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2004. Sobral – CE. Arquivo da autora.

<sup>41</sup> Conceição Araújo, orientadora do Movimento do Dia do Senhor. Entrevista realizada em 22 de maio de 2008. Comunidade de Cauassú – Acaraú – CE. Arquivo da autora.